



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI  
MINAS GERAIS**

\*\*\*\*\*

**PROJETO DE LEI N. 77-----/2024**

**“Dispõe sobre a Política Antibullying nas instituições de ensino no município de Araguari”.**

**Art. 1º** As instituições de ensino públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, localizadas no município de Araguari, ficam condicionadas à política de "antibullying" nos termos desta Lei.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei considera-se "bullying" qualquer prática de violência física ou psicológica, intencional e repetitiva, entre pares, que ocorra sem motivação evidente, praticada por um indivíduo ou grupo de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar, agredir fisicamente, isolar, humilhar, ou ambos, causando no emocional e/ou físico à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. Parágrafo único. Constituem práticas de "bullying", sempre que repetidas: I. Ameaças e agressões verbais e/ou físicas como bater, socar, chutar, agarrar, empurrar; II. submissão do outro, pela força, à condição humilhante e/ou constrangedora na presença de outros; III. furto, roubo, vandalismo e destruição proposital de bens alheios; IV. extorsão e obtenção forçada de fatores sexuais; V. insultos ou atribuição de apelidos constrangedores e/ou humilhantes; VI. comentários racistas, homofóbicos ou intolerantes quanto às diferenças econômico-sociais, físicas, culturais, políticas, morais, religiosas, entre outras; VII. exclusão ou isolamento proposital do outro, pela intriga e dissiminação de boatos ou de informações que deponham contra a honra e a imagem; e VIII. "cyberbullying", ou seja o envio de mensagens, fotos ou vídeos por meio de computador, celular ou assemelhado, bem como sua postagem em "blogs" ou "sites", cujo conteúdo resulte em exposição física e/ou psicológica a outrem.

**Art. 3º** No âmbito de cada instituição a que se refere esta Lei, a política "antibullying" tem como objetivos: I - Reduzir a prática de violência dentro e fora das instituições de que trata esta lei e melhorar o desempenho escolar; II - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito aos demais; III, disseminar conhecimento sobre o fenômeno "bullying" nos meios de comunicação e nas instituições de que trata esta lei, entre os responsáveis legais pelas crianças e adolescentes nela matriculados; IV. identificar concretamente, em cada instituição de que se trata esta lei, a incidência e a natureza das práticas de "bullying"; V. desenvolver planos locais para prevenção e combate às práticas de "bullying" nas instituições de que se trata esta lei; VI. capacitar os docentes e as equipes pedagógicas para o diagnóstico do "bullying" e para o desenvolvimento de abordagens específicas de caráter preventivo; VII. orientar as vítimas de "bullying" e seus familiares, oferecendo-lhes apoio técnico e psicológico, de modo a garantir a recuperação da autoestima das vítimas e a minimização dos eventuais prejuízos em seu desenvolvimento escolar; VIII. orientar os agressores e seus familiares, a partir de levantamentos específicos, caso a caso, sobre os valores, as condições e as experiências prévias - dentro e fora das instituições de que trata esta Lei - correlacionadas à prática do "bullying", de modo a conscientizá-los a respeito das consequências de seus atos e a garantir o compromisso dos agressores com um convívio respeitoso e solidário com seus pares; IX. evitar tanto quanto possível a punição dos agressores, privilegiando mecanismos alternativos como, por exemplo, os "círculos restaurativos", a fim de promover sua efetiva responsabilização e mudança de comportamento; X. envolver as famílias no processo de percepção, acompanhamento e formulação

de soluções concretas; XI. incluir no regimento a política "antibullying" adequada ao âmbito de cada instituição. Art.

**Art. 4º** As ocorrências de "bullying" devem ser registradas pela escola, em livro ata próprio para esse fim, com data, hora, tipo de agressividade, indicação do nome do agressor e agredido e as providências tomadas.

**Art. 5º** Para fins de incentivo à política "antibullying", o Município pode contar com o apoio da sociedade civil e especializada, realizando: I. Seminários, palestras, debates; II. orientação aos pais, alunos e professores utilizando-se de cartilhas e material informativo em geral; III. usar evidências científicas disponíveis na literatura especializada e nas experiências exitosas desenvolvidas em outros locais, sejam nacional ou internacionalmente.

**Art. 6º** A Política "Antibullying" instituída através desta Lei, será enfatizada na Semana municipal de conscientização, prevenção e combate ao bullying escolar, As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Câmara Municipal de Araguari , Estado de Minas Gerais, em 07 de Maio de 2024

  
Giuliano Sousa Rodrigues  
Vereador Proponente

## Justificativa.

A justificativa para escolha desse tema para a aprovação do referido Projeto é devido à necessidade de todos conhecerem como ocorre esse tipo de agressão e quais as consequências que ela pode ocasionar na vida dos envolvidos, pois para muitos esses problemas ainda é visto como brincadeira, no entanto esse fenômeno é considerado um problema mundial que afeta o psicológico de crianças e adolescentes nas escolas.